

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O *DE EXPUGNATIONE SCALABIS* E SUA PRODUÇÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XII

Jonathas Ribeiro dos Santos Campos de Oliveira  
Doutorando PPGHC-UFRJ/PEM-UFRJ/LEH-UNESA  
Jonathas\_hist@yahoo.com.br

### Resumo

Nossa proposta tem por objetivo analisar o *De expugnatione Scalabis*, obra produzida pelo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na segunda metade do século XII, levando em consideração a relação existente entre as características apresentadas pelo texto e os possíveis interesses nutridos pelo Mosteiro no contexto. Sem autoria definida, a produção apresenta o que seria um relato direto de Afonso I de Portugal sobre os eventos que teriam cercado a tomada da cidade de Santarém, em 1147. Marcado pelo panegírico, a narrativa desenvolve uma linha discursiva voltada a exaltar a própria imagem afonsina, sobretudo no que diz respeito aos seus atributos militares, evidência literária da benéfica relação desenvolvida entre o mosteiro coimbrão e a *entourage* real até meados do século XII. Tomando por base o conflituoso ambiente identificado no círculo régio após o acidente de Badajoz (1169), bem como a desarticulação dos principais agentes promotores da autoridade real no Condado, o que colocava em risco, em muitos aspectos, os bens simbólicos e materiais da Canônica, a presente pesquisa busca analisar as questões que teriam influenciado na produção da obra, estabelecendo, entre outros, a relação entre as demandas contextuais do Mosteiro e o discurso desenvolvido na produção.

**Palavras-chave:** De expugnatione Scalabis; Afonso Henriques; Santa Cruz de Coimbra.

### Introdução

A segunda metade do século XII marca na história Portugalense um importante período de transformações. Para além da conquista territorial promovida no Ocidente Ibérico, seja em relação aos exércitos muçulmanos ou às forças castelhana-leonesas, obtida entre avanços e recuos do *limes* fronteiriço, fora também o contexto em que o título real afonsino fora reconhecido pela Sé episcopal.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O reconhecimento da autoridade régia de Afonso I de Portugal, por parte da Igreja Romana, teria se dado no ano de 1179, quando o papa Alexandre III, por meio da bula *Manifestis probatum est*, legitima o título real ao Infante, tomando-o consequentemente sob a sua proteção e considerando Portugal reino pertencente a São Pedro.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Agente precípua no processo de desenvolvimento do Condado, sobretudo após a transferência do centro administrativo portugalense de Guimarães para Coimbra (1131), o Mosteiro de Santa Cruz, fundado em 1131, estivera diretamente associado aos interesses do Infante na Península. Paralelo à vida regante e atividade pastoral realizada na cidade, a Canônica teria servido de chancelaria e local de abrigo do tesouro régio, angariando da interação com o círculo afonsino benefícios múltiplos, como concessões de direitos, patrimônio e imunidade. Ao passo que o Mosteiro ampliava sua rede de inserção nas questões político-eclesiásticas do Condado, atuando sobre regiões que passavam à ingerência da autoridade afonsina – com a sua anuência -, os agostinianos garantiam discursivamente a legitimidade das ações militares realizadas, fazendo da literatura uma de suas principais armas.

Assim sendo, parte da documentação produzida pelos crúzios (crônicas, anais etc.) buscou trabalhar positivamente a imagem do Infante, construindo sobre ele um discurso apologético, entrecruzado por simbolismos, que favorecesse seus feitos e tornasse manifesta a virtuosidade de suas realizações.<sup>2</sup> Delineara-se, a partir de linhas laudatórias uma imagem heroica, cujas qualidades assinalavam a majestade de um verdadeiro *miles Christi*. É nesse sentido que se inscreve o *De expugnatione Scalabis*.

Escrito por um cônego crúzio no final do século XII ou início do XIII,<sup>3</sup> a obra traz íntima relação às demandas institucionais do Mosteiro de Santa Cruz no período, tendo como palco de atividades um conturbado contexto de crise vivenciada pelo círculo afonsino no Condado. É a partir dos efeitos gerados pela instabilidade política nos possíveis interesses do Mosteiro e, conseqüentemente, da resposta da Comunidade face o cenário conflituoso, que estabelecemos os devidos paralelos com a documentação. As características por ela apresentadas, longe de estarem alheias às questões contextuais, evidenciariam as necessidades agostinianas ante as tensões percebidas.

---

<sup>2</sup> Embora a memória positiva construída sobre o Infante no século XII se apresente, de modo geral, como uma constante na documentação crúzia, em particular se considerada a importância ocupada pela autoridade afonsina à manutenção dos privilégios do Mosteiro, a dimensão heroica e destituída de qualquer vício só é identificada como manifestação de contextos bem específicos, sobretudo a segunda metade do século XII.

<sup>3</sup> Será tratado mais adiante no artigo.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Diante das especificidades que o texto apresenta, seu discurso, considerado a partir da experiência crúzia da segunda metade do século XII, orienta o presente artigo as seguintes questões: que demandas possivelmente se tornaram relevantes à escrita da obra? Que relação tais questões estabelecem com o discurso desenvolvido na produção?

Para o presente artigo, utilizamos a versão traduzida do *De expugnatione Scalabis* presente na reedição da obra: *Monarquia Lusitana. Terceira Parte*, de Antônio Brandão, publicada em 1973.

## **O *De expugnatione Scalabis***

Escrito na segunda metade do século XII,<sup>4</sup> ou início do XIII, acredita-se que por um cônego do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra,<sup>5</sup> o *De expugnatione Scalabis*<sup>6</sup> traz no corpo do texto os eventos que teriam cercado a tomada da cidade de Santarém (1147), ante a ocupação muçulmana, por Afonso I de Portugal<sup>7</sup> e os cavaleiros da cidade de Coimbra (PEREIRA, 2002, p.316).<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> Segundo alguns autores, o texto teria sido produzido no contexto de crise provocada pela pressão almôada às linhas fronteiriças portugalenses por cerca de 1184, sendo provável sua produção somente após a morte de Afonso Henriques, ocorrida em 1185.

<sup>5</sup> Embora o manuscrito mais remoto que se tenha notícia seja uma cópia do século XIII, proveniente do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, as características presentes no texto e, em especial o paralelo possível de ser estabelecido com narrativas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fizeram a historiografia trabalhar com a hipótese de ele ser de origem crúzia, tendo sido copiado posteriormente no *scriptorium* alcobacense. Uma análise comparada entre passagens do *De expugnatione Scalabis* e documentos da segunda metade do século XII, como, por exemplo, uma carta de Sancho I, escrita em 1193, na qual realiza doação à Ordem de Santiago, percebe-se proximidades em relação à estratégia utilizada para a tomada de Santarém. Outras obras, como o conjunto de manuscritos conhecido como *Annales Domni Alfonsi Portugalensium Regis*, escritos no mesmo contexto, por volta de 1185 (cópias de 1169?), também apresentam grandes afinidades à produção aqui analisada, sobretudo no que diz respeito à construção da imagem afonsina.

<sup>6</sup> O título da narrativa é atualmente atribuído pela historiografia a Alexandre Herculano, que na obra *Portugaliae Monumenta Historica*, de 1856, ao reproduzir o documento já trabalhado por Antônio Brandão, em *Monarquia Lusitana*, de 1632, o apresenta por tal denominação. Na produção de Brandão, o texto é intitulado: *Quomodo sit capta sanctaren civitas a rege alfonsi comitis henrici filio*, tendo servido ao autor como fonte às informações que apresentava acerca do processo de expansão territorial do Condado Portucalense no período de Afonso Henriques.

<sup>7</sup> No presente artigo, Afonso I de Portugal também será denominado como Afonso Henriques e Infante, nomes recorrentes na historiografia e na documentação.

<sup>8</sup> Segundo a historiografia, o *De expugnatione Scalabis* é considerada a narrativa mais antiga e completa da tomada da cidade de Santarém que se tem notícia, tendo servido de referencial a diversas obras produzidas posteriormente, como: HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*: desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III. Lisboa: Aillaud & Bertrand, c. 1875.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A narrativa está basicamente dividida em duas partes: uma que principia o texto e parece ser um prólogo do autor; e uma segunda, intitulada *Abhinc Rex*,<sup>9</sup> que se alterna entre comentários de quem escreve e um texto em primeira pessoa atribuído a Afonso Henriques (falas do Infante e alguns discursos dele à sua tropa) (GUINCHO, 2001, p.1-2).

Na primeira seção da obra, de caráter introdutório, podemos perceber a associação que o autor estabelece entre o feito da conquista e a participação para ela do poder divino.<sup>10</sup> Iniciativa que se desenvolve de forma distinta, como uma ação operada por Deus, assim como outras tantas no passado, mas com a particularidade de ser realizada com um corpo militar numericamente inferior. Segundo o autor,

Ouvi, Reis ou Príncipes de todo o mundo e gravai em nossos ouvidos que o Senhor alcançou novas vitórias em nossos dias, não com trezentos e dezoito homens, como outrora Abraão que venceu cinco reis [...] ou Gedeão que com trezentos [...] derrubou Sisara, mas com vinte e cinco ou pouco mais, o nosso Rei, ou antes Deus, por intermédio do nosso Rei, tomou Santarém, a cidade mais bem defendida de toda a Espanha (BRANDÃO, 1973,p.165).<sup>11</sup>

Afonso Henriques, pela passagem, cuja autoridade régia aparece reconhecida (*Rex noster, Rege nostru*), não age por si só ou pela exclusiva empresa da natureza humana, mas antes como ferramenta manipulada pelo Senhor, justificando e legitimando o prodígio da vitória.

Os paralelos realizados com feitos bíblicos, os quais são significados simbolicamente na narrativa, são utilizados para aproximar a hodierna conquista da cidade às sacras intervenções já antes operadas. Nessa seara, seria Afonso Henriques não

---

<sup>9</sup> Albino de Faria, na edição de 1973, da obra *Monarquia Lusitana*, traduz o título como: *Fala a seguir o rei*.

<sup>10</sup> Segundo o autor: “Exaltemos o Senhor [...]. Grandemente se glorificou por ter submetido ao nosso poder os povos que prestam culto a Maomé; concedeu-nos a herança mais esplendorosa que êle prezou.” (BRANDÃO, 1973,p.165). Escrita na versão latina: “*Cantemus Domino [...]. Magnificatus est enim gloriose subiciendo gentes Mahometh adorantes, sub pedibus nostris, clegit nobis haereditatem speciosissima quam dilexit.*” (BRANDÃO, 1632, p.290).

<sup>11</sup> Escrita na versão latina: “*Audite Reges auribus percipite Principes uniuirsae Terra, quonia Dominus elegit noua bella in diebus nostris, non in trecentis decem et octo uernaculis, ut quonda Abraham, qui quinq; Reges diuicit, uel Gedeon qui in trecentis aqua manibus lambentibus Sisara Principe militiae Iabin prostrauit. Sed in uiginti quinq; aut paru supra Rex noster, imo Deus per Rege nostru omniu Hispaniae ciuitate munitissimam cepit Santaren.*” (BRANDÃO, 1632, p.290)

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

um personagem aleatório e diminuto na produção, mas figura que protagoniza a ação, assumindo no texto a função de um autêntico *miles* a serviço de Deus.

Na segunda parte do texto, nota-se um esforço autoral em desenvolver uma narrativa cujo “eu”, atribuído à figura de Afonso Henriques, ganha voz na discursividade, sendo ela a responsável em descrever os eventos que teriam cercado a tomada da cidade de Santarém.

Diferente das maravilhosas manifestações realizadas pelo Senhor no passado, cujo texto veterotestamentário é sempre o referencial comparativo,<sup>12</sup> é conferida à tomada de Santarém uma maior distinção representativa. Conforme a narrativa,

Juro perante Deus do céu, a cujos olhos tudo é claro e evidente, que tenho por muito menores milagres o terem outrora caído os muros de Jericó, e a paragem do Sol, a pedido de Josué, sobre o monte Gabaão, do que este que agora obrou comigo a piedade e a misericórdia divinas [...] (BRANDÃO, 1973,p.165).<sup>13</sup>

Tal percepção, atribuída pelo autor a Afonso I, haja vista estar presente na fala em primeira pessoa por ele desenvolvida, e por ser um milagre em seu favor, constrói sobre sua imagem, entre outros, um simbólico aspecto devocional, tornando-o, no discurso, figura íntima e conhecedora do poder divino. “[...] louvo o nome de Cristo, cujos juízos são impenetráveis e as obras maravilhosas, por si e pela sua santidade.” (BRANDÃO, 1973,p.165).<sup>14</sup> Não de outra forma, senão em virtude da intimidade que tinha com Deus, e por ser ferramenta dele atuando sob sua diligência, teria presenciado juntamente com os seus a miraculosa anunciação da vitória, sendo assim conhecedor da providência divina. Segundo a narrativa,

Foi o facto que uma grande estrela cadente como um facho luminoso, percorrendo uma grande parte do céu à nossa direita, caiu no mar, iluminando largamente a superfície da terra. Imediatamente dissemos: O Senhor entregou a cidade em nossas mãos.

---

<sup>12</sup> As referências são recorrentes na narrativa, servindo sempre como linha de comparação à empresa militar operada para a conquista de Santarém.

<sup>13</sup> Escrita na versão latina: “*Testor Deum caeli, oculis cuius nuda et aperta sunt omnia, quia tunc muros Hierico subrutos, nec solis stationem prece Iosue ad Gabaonin comparatione huius in me pietatis et misericordiae facti pro miraculis duco [...]*” (BRANDÃO, 1632, p.290).

<sup>14</sup> Escrita na versão latina: “[...] *sed nomen Christi magnifico cuius profundae sunt cogitationes, et magnifica opera, et pro se suaq [...]*” (BRANDÃO, 1632, p.290).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Da mesma maneira, no dia em que as tréguas foram quebradas, também diante dos inimigos se deu um espantoso prodígio, que lhes dava a conhecer que sua queda se daria dali a três noites: Ao meio-dia viram atravessando o céu, como que uma serpente, formada, desde a cauda à cabeça, por uma língua de fogo e logo os seus sábios lhes profetizaram que Santarém teria novo rei (BRANDÃO, 1973, p.168).

Fora construída assim, um estreito vínculo entre o protagonista da obra e a espiritualidade cristã, dando forma, a partir da imagem delineada, a um intrépido cavaleiro que luta no *tempo* a favor do reino de Deus.

Para além da sagrada intervenção, a narrativa evidencia a magnitude do êxito a partir das vitórias ante a resistência da própria cidade. No texto, percebe-se o destaque conferido à engenharia militar muçulmana na defesa, bem como ao grande número dos seus exércitos, o que valoriza indiretamente a vitória do Infante, haja vista o número reduzido de soldados do qual dispunha<sup>15</sup> e a estratégia empregada na campanha. Somado a tudo isso, as dificuldades oriundas da geografia de acesso à Santarém são também mencionadas, contribuindo ao conjunto de obstáculos que, por um lado, dificultavam o avanço portugalense no terreno e, por outro, elevavam o feito realizado por Afonso I.

[...] era esta uma cidade fortíssima e de grande fertilidade e sendo sempre muito aguerrida, era para Coimbra motivo de apreensões, causando, desde longa data, grande dano a meus reinos. Nem pudera atacá-la por ser inexpugnável, nem ao menos, nela fazer pilhagem, por causa do obstáculo da água.

[...] Além disso, esta planície é cheia de pântanos e ilhotas, e, por isso mesmo, a ninguém é acessível, a não ser em navios e em certas épocas (BRANDÃO, 1973, p.166).<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> “[...] Santarém [...] era uma cidade excelentemente defendida por grande número de soldados e parecendo inexpugnável por estar equipada de toda a espécie de maquinaria de guerra, tenha sido conquistada por tão reduzido número de guerreiros.” (BRANDÃO, 1973, p.166).

<sup>16</sup> Escrita na versão latina: “Fuit haec ciuitas quia fortissima, et faecundissima semper bellicosa insidians Colimbriae, et meum Regnum pene pessundans ex multo tempore, quam non poteram debellare, quia, ut praedixi, erat inexpugnabilis, nec depraedare propter impedimentnm aquae. [...] Praeterea planicies ista est paladibus plena et insulis, et ob hoc nemini peruia, nisi nauibus temporibus congrua.” (BRANDÃO, 1632, p.290).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Diante de tais empecilhos, o texto deixa transparecer que o medo da morte que teria desencorajado os soldados não teria afetado Afonso Henriques<sup>17</sup> que, no ímpeto de tornar efetiva a ação, buscara, por meio de discursos à tropa, encorajar seus soldados.

Nas linhas que perfazem o documento, aspectos envolvendo a iniciativa, a coragem, a devoção e a habilidade estratégica – evidenciada, por exemplo, pela mensagem que o Infante transmitira aos seus combatentes – são alguns dos atributos recorrentes no discurso, aparecendo direta ou indiretamente a constituir a imagem afonsina. Tais elementos delineiam um determinado ideal régio no personagem, associando ao Infante, ao que tudo faz supor, as qualidades desejadas de um rei.

Tão importantes quanto as características acima apresentadas, a fidelidade e a prudência,<sup>18</sup> ressaltadas em relação ao círculo nobiliárquico, mas que também se relacionam ao rei, encerram o inventário de valores significados pelo autor na obra, sendo fundamentais ao processo de conquista. Uma lealdade esperada não em relação a um grupo indistinto de guerreiros, mas, ao que tudo faz notar, aos cavaleiros da cidade de Coimbra, à época integrantes do núcleo combativo mais próximo de Afonso Henriques.<sup>19</sup> É a eles que, na obra, parte do discurso parece se voltar. Segundo o texto, em descrição à fala do Infante,

Se eu agora convocasse toda a flor do meu exército, cada um traria o auxílio que as suas forças lhe permitissem; mas não quis. Só a vós escolhi; a vós que sempre me acompanhastes, como experimentados guerreiros em todas as circunstâncias difíceis (BRANDÃO, 1973, p.166).<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> “Por isso muitas vezes comigo mesmo [Afonso Henriques] pensei na maneira como poderia atacar, quer à força, quer servindo-me de qualquer estratagem. Mas aqueles a quem eu expunha os meus planos, vencido pelo medo de morrer, escusavam-se, alegando a nossa fraqueza.” (BRANDÃO, 1973, p.166).

<sup>18</sup> Ao falar de Mem Ramires, integrante do círculo afonsino e recrutado a desenvolver um estudo para o avanço militar sobre a cidade, o Infante destaca que era ele “[...] um homem prudente e de penetrante espírito, desejando empreender tudo o que sabia ser do meu agrado [de Afonso Henriques] [...]” (BRANDÃO, 1973, p.166).

<sup>19</sup> A obra em si não deixa claro, objetivamente, que seria aos cavaleiros de Coimbra que o discurso seria voltado, mas os resultados alcançados pela historiografia, em especial em relação ao círculo militar que passa a acompanhar o Infante após sua transferência de Guimarães para Coimbra, colocando em segundo plano os grupos familiares nortenhos, já apontam para tal conclusão.

<sup>20</sup> Escrita na versão latina: “[...] *si convocarem omne robus totius mei exercitus: ferrent auxilium unusquisque pro uiribus, sed nolui. Vos solos elegi quos assidue in meis angustys expertos habui [...]*” (BRANDÃO, 1632, p.291).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesse sentido, teria sido aos coimbrãos, que incorporavam a *entourage* afonsina, a quem se volta e de quem se espera a dedicação e o respeito à autoridade régia na passagem.

Em reciprocidade, tais cavaleiros, tento em vista o perigo ao qual o Infante estaria submetido na investida, em reconhecimento ao seu valor, ponderam a sua participação na ação, considerando a perda maior que seria a sua morte. Na obra, ao comunicar o risco da campanha aos soldados, Afonso teria identificado que eles teriam ficado

[...] enleados e não puderam conter-se, dizendo, como outrora Joab e os príncipes do exército de David: Não irás convosco, porque se escaparmos, isso não interessará grandemente à nossa família; se uma parte, ou todos até, perecermos, não será isso para ela causa de grandes cuidados, mas cobra-lhe-emos de eterno opróbio, como filhos traidores, se consentirmos que tu, que vales por dez mil, estejas convosco num lance tão arriscado (BRANDÃO, 1973, p.167).<sup>21</sup>

Tal fragmento compreende o esforço discursivo do autor em tornar manifestos o prestígio e relevância que Afonso I tinha para o exército, evidenciando a possibilidade do combate sem que o Infante efetivamente participasse, o que seria importante para o grupo. Fica subentendido que, embora valoroso, sua atuação militar não seria necessariamente imprescindível, tendo ele maior significância estando vivo e a governar o reino do que morto no campo de batalha.

O documento, de modo geral, constrói uma noção idealizada associada ao Infante, a qual configura uma memória heroica marcada tanto pelas virtudes militares quanto pela devoção à espiritualidade cristã. Diligência, coragem, prudência e engenho estratégico marcam algumas das qualidades cavaleirescas presentes na narrativa e que, discursivamente, são relacionadas, pelo autor, à imagem afonsina. A característica devocional, que no correr do documento aparece a reforçar constantemente o pendor religioso afonsino, reconhece a sagrada intervenção e devota a ela os resultados da

---

<sup>21</sup> Escrita na versão latina: “*Sed cum de mei periculo cum eis fieret sermo, obstupuerunt nec se cohibere potuerunt. Vt quondam Iohab, et caeteri Principes militiae David, dicentes non ibis nobiscum. Si enim fugerimus, non magnopere ad eos pertinebit de nobis, siue media pars uel omnes ceciderimus non satis erit ulla cura, quia tu unus computaris pro decem millibus, nec inficietur familia nostra sempiterno elogio ut filii proditorum, si te permiserimus comisceri tam aperto periculo.*” (BRANDÃO, 1632, p.291).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

campanha, dimensionando com isso a faceta complementar do ideal real lançado pelos cruzados.

Todavia, se torna imprescindível, diante de tais simbolismos e peculiaridades, analisar a documentação a partir do seu próprio contexto de produção.

## **O contexto de produção do *De expugnatione Scalabis***

O *De expugnatione Scalabis*, no teórico momento em que fora produzido, considerando aqui a segunda metade do século XII, ou início do XIII, a não ser pela matéria que o integrava (a tomada da cidade de Santarém), em relação à construção da imagem afonsina, não trazia efetivamente grandes novidades. Outros textos, como, por exemplo, os *Annales Domni Alfonsi Portugalensium Regis* - também escritos no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, mas que possivelmente já seriam cópias e/ou ampliações de obras produzidas na mesma Casa em 1169 -, assim como a *Chronica Gottorvm*, também do mesmo Mosteiro, entre outros, tinham por intento construir uma memória positiva associada ao Infante, se aproximando muito do conteúdo identificado no documento ora analisado.

Percebemos assim, que as características apresentadas pelo *De expugnatione Scalabis*, reunindo em si atributos militares e de fidelidade à fé cristã, da forma como eram trabalhados e foram associados a Afonso I de Portugal, fazia parte de uma espécie de projeto institucional promovido pelo Mosteiro de Santa Cruz no período, cujo objetivo se faz aqui necessário discutir.

Na segunda metade do século XII, o patrimônio simbólico e material da Casa cruzada teria sido afetado, pelo menos, de duas formas: por um lado, pelo enfraquecimento militar sofrido pela autoridade afonsina após os eventos de Badajoz, em 1169 (MATTOSO, 2011, p.304-306) - que a um só tempo teria dificultado o ímpeto combativo como meio de ampliação da influência Regular no reino, e enfraquecido a linha de defesa portuguesa frente às ofensivas muçulmanas e leonesas, o que colocava em risco os

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

espólios do Mosteiro -, e, por outro, a desarticulação política do círculo afonsino provocada pela morte de alguns de seus principais integrantes.<sup>22</sup>

Apesar de Sancho I, filho e sucessor de Afonso I, ter buscado reorganizar o reino e seu exército,<sup>23</sup> juntamente com os que ainda se encontravam a assistir à corte,<sup>24</sup> é razoável que a desagregação do círculo afonsino que herdara tenha gerado um forte impacto na coesão política do grupo régio, enfraquecendo-o conseqüentemente. Nesse sentido, mesmo já tendo adquirido alguma maturidade, em um contexto de organização de seu patrimônio institucional, Santa Cruz de Coimbra se vira abalada em um de seus pilares fundamentais, isto é, naquele que até então a sustentara nas mais inúmeras dignidades no Condado.

Paralelamente, se aproveitando desse período de instabilidades e da debilidade da autoridade real, outras instâncias de poder teriam progressivamente iniciado uma concorrência aberta aos bens materiais e simbólicos adquiridos pelo Mosteiro. É exemplo, nesse sentido, as diretas contestações do bispo de Coimbra, junto à Santa Sé, acerca dos recursos e direitos associados à Canônica agostiniana, identificados no bulário de Inocêncio III.

Acrescido a tudo isso, os riscos provocados tanto pelos avanços almôadas quanto leoneses no ocidente ibérico, pressionando a linha de fronteira portugalense e colocando em perigo os espólios da Comunidade no Mondego, em um período de desagregação político-militar do Condado, acenavam à necessidade de uma reorganização interna.

Nesse sentido, para impedir a dilapidação patrimonial ante as ameaças identificadas, além mesmo de procurar garantir a conservação da fonte de seu próprio prestígio social,

---

<sup>22</sup> As mortes de D. Teotônio, Superior de Santa Cruz de Coimbra e conselheiro do infante, em 1162; D. Gonçalo Mendes de Sousa, seu mordomo-mor, em 1167; o chanceler Alberto, por volta de 1169; e D. João Peculiar, arcebispo de Braga e uma das figuras mais importantes na corte, em 1175, tirava do cenário político, sem que houvesse substituição à altura, importantes articuladores dos interesses portugalenses no Ocidente Ibérico.

<sup>23</sup> Já em 1170, após a partilha dos poderes por parte de Afonso I, dada a impossibilidade de combater, Sancho I teria sido armado cavaleiro, passando oficialmente a coordenar, ladeado por uma junta, de certo mais experiente, as investidas militares no Ocidente Ibérico.

<sup>24</sup> Após o acidente de Badajoz e a possível instabilidade política, percebe-se o abandono de uma série de indivíduos da corte régia, como, por exemplo, o alferes-mor Pêro Pais da Maia, que deixara o círculo afonsino para servir Fernando II de Leão, assim como o filho bastardo Afonso I, Fernando Afonso, o fizera; João Soares de Paiva, o *Trovador*, que teria procurado exílio junto ao castelhano Diogo Ximenes de Cameros, entre outros possíveis.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

os crúzios teriam buscado restabelecer a estabilidade política e o entusiasmo combativo, fortalecendo novamente o círculo régio. Assim, estando integrado a um corpo real forte, estável e capaz de oferecer a defesa necessária - e não cada vez mais órfão daquele que o dotará dos benefícios temporais -, tornaria seus haveres menos sujeitos a alienações por parte de terceiros.

É, justamente, diante de tais demandas que o *De expugnatione Scalabis* é produzido. Dirigido ao rei que assumia, Sancho I (1185), filho de Afonso Henriques, convocava o jovem a reorganizar seu círculo pessoal e a “[...] continuar a empresa bélica iniciada pelo seu pai [...]” (PEREIRA, 2002, p.317). Ao construir uma imagem heroica de Afonso I de Portugal, evidenciando seus feitos e virtudes militares, sua devoção à fé cristã e a fidelidade de seu círculo pessoal, o Mosteiro tracejava um arquétipo ao novo rei, fundamental à reestruturação governativa que se buscava empreender.

Aos efeitos negativos provocados no exército após o evento de Badajoz, uma vez que o rei, em virtude do acidente, não estaria mais na frente de batalha, a narrativa enfocava os riscos envolvidos com a sua participação nos conflitos. Chamava a atenção à importância da preservação de sua vida, não sendo ele necessária ao ímpeto combativo do exército senão pelo valor moral que traz e pela imperiosa urgência de defesa do reino. Já em relação à desagregação do círculo régio, o texto enfatizava a fidelidade e respeito à autoridade afonsina por parte daqueles a ele submetidos, tendo o Infante a todo o momento se cercado, não de qualquer um que tivesse a sua disposição, mas pelos que efetivamente ofereciam a confiança para colocar em prática os interesses do reino.

São questões que, retrabalhadas no discurso da obra, dimensionam uma determinada construção memorialística, um espelho de príncipe, orientando a conduta daquele que assumia a direção do reino.

Os crúzios, em face a tais expectativas, retomariam seu papel junto à casa real, garantindo a salvaguarda de seus bens simbólicos e materiais no Condado e atuaria legitimamente como uma espécie de *longa manus* tanto em favor do rei quanto de Deus no plano terreno.

### **Considerações parciais**

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesse jogo de mútuos benefícios, a manutenção das prerrogativas da Comunidade regente estivera intimamente associada tanto ao vínculo constituído com a Casa real, dimensionando as relações estabelecidas com outras instâncias de poder, quanto a estabilidade e capacidade combativa dela provenientes, dirimindo assim iniciativas divergentes que pudessem colocar em risco os bens simbólicos e materiais conquistados.

Os valores destacados na obra e associados à imagem do Infante, como a prudência, a coragem, a engenharia estratégica, a devoção e a fidelidade dos seus, entre outros, são sinalizados como atributos indispensáveis ao exercício do poder real, fundamentais à manutenção da ordem e estabilidade do reino. Todos com a consciência de que não haveria qualquer consecução no plano terreno sem o consentimento da autoridade divina.

## Referências

BRANDÃO, António. *Monarchia Lusitana*. Terceira Parte: que contem a historia de Portugal desdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques... Lisboa: Mosteiro de S. Bernardo, 1632

\_\_\_\_\_. *Monarquia Lusitana*. Terceira Parte. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973

COSTA, Avelino Jesus da; MARQUES, Maria Alegria F. *Bulário Português*. Inocência III (1198-1216). Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1989.

DAVID, Pierre. *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa-París: [s.n.], 1947.

DE EXPUGNATIONE Scalabis. In: \_\_\_\_\_. *Portugaliae Monumenta Historica: Scriptorum*. Lisboa: [s.n.], 1856.V.1.p.93-95

GOUVEIA, Mário de. O essencial sobre a analítica monástica portugalense (séc. XI-XII). *Lusitania Sacra*. Lisboa, n. 25, p.183-226, janeiro-junho 2012

GUINCHO, Maria dos Anjos B. M. A funcionalidade do relato da conquista de Santarém na construção da imagem de Afonso Henriques - versão portuguesa. In: Actas do 6º congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, Rio de Janeiro, 2001.

MARTINS, Armando Alberto. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da universidade de Lisboa, 2003.

MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

\_\_\_\_\_. Dois séculos de vicissitudes políticas. In: \_\_\_\_\_ (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

NASCIMENTO, Aires Augusto do; MEIRINHOS, José Francisco. *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

NASCIMENTO, Aires A. do (ed.). *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

PEREIRA, Armando de Sousa. Motivos bíblicos na historiografia de Santa Cruz de Coimbra. *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2ª Série, 13-14, p.315-336, 2001-2002.

\_\_\_\_\_. “A conquista de Santarém na tradição historiográfica portuguesa”. In: Congresso Histórico de Guimarães. 2. Guimarães. 1997. Actas. vol. 5, p. 297-323.